

UM BREVE OLHAR SOBRE OS AUXÍLIOS OFERECIDOS PELAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS ÀS MÃES-ESTUDANTES

Juliana Melo¹, Idalacy Barreto², Erica Victor³, Luciana Calado⁴

¹ Universidade Federal de Pernambuco, juliana.cmelo@ufpe.br

² Universidade Federal de Pernambuco, idalacy.barreto@ufpe.br

³ Universidade Federal de Pernambuco, ericavictor.silva@ufpe.br

⁴ Universidade Federal da Paraíba, lucianacaladdo@gmail.com

Propósito

Como a ausência de políticas de assistência estudantil destinadas a estudantes-mães influencia na permanência e no desempenho acadêmico, considerando o contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de diferentes regiões do Brasil? A falta de políticas de assistência, específicas para estudantes-mãe, reflete uma lacuna preocupante nos espaços acadêmicos brasileiros de nível superior. Enquanto algumas instituições reconhecem a importância de oferecer suporte prioritário para grupos mais vulneráveis, a maioria ainda não adotou medidas efetivas para combater a evasão acadêmica de mulheres que, além de estudarem e trabalharem, também maternam.

Essa incompatibilidade de ação preventiva entre as IFES levanta muitas questões, dentre elas: a) a importância de se considerar o que determinam as categorias de gênero, classe e raça e suas interseccionalidades, as quais influenciam e dificultam, sobremaneira, a conclusão do projeto acadêmico e o conseqüente incremento socioeconômico e financeiro, em especial, o das mulheres; b) a (des)igualdade de oportunidades de acesso e permanência na educação superior, o que faz “engrossar o caldo” dos debates sobre a falta de reconhecimento político das diferenças de gênero no campo científico; e c) os problemas sociais históricos, perpetrados pelos interesses políticos conservadores que ignoram as peculiaridades e necessidades das IFES do Norte e do Nordeste do país, carentes de um olhar diferenciado que promova mudanças sociais estruturais e profundas.

Com o intuito de iniciar os estudos para a futura elaboração de políticas institucionais de apoio às mulheres que são estudantes-mães, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através da sua Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES/UFPE), autorizou que a equipe composta por Idalacy Barreto e Juliana Melo (servidoras), Erica Victor (bolsista), da PROAES

e Luciana Calado (pesquisadora), realizassem o presente levantamento de dados sobre os auxílios oferecidos às estudantes-mães que possuem vínculo ativo nas IFES.

Revisão da literatura

Nos últimos anos, pesquisas sobre demandas maternas no ambiente acadêmico vem ganhando espaço. É possível encontrar, em quase todas as Universidades brasileiras, grupos coletivos de pesquisadoras, em sua maioria compostos por mães universitárias, que investigam como constroem ou tentam construir suas jornadas acadêmicas.

Desde a antiguidade até os tempos contemporâneos, as mulheres lutam para garantir seu espaço social e econômico. Silva et al. (1987) já falavam sobre as teorias do século XIX, nas quais médicos americanos e europeus afirmavam que dos 12 aos 20 anos não se deveria estimular o cérebro feminino, sob pena de prejudicar o aparelho genital e reprodutor da mulher. A noção de que a dedicação ao trabalho e aos estudos era função, unicamente, dos homens parece perdurar até os dias atuais. Mesmo que hoje haja homens que se empenham em cuidar dos filhos e dividir as tarefas domésticas, a maternidade ainda pesa sobre as mulheres, especialmente para aquelas que dispõem de poucos recursos materiais para comprar os serviços de cuidado (Hirata, 2022).

No caso brasileiro, o império concedeu às mulheres o direito de se matricular nos cursos superiores desde 1879 (através do decreto de lei nº 7.247 de 19/04/1897). Então, não seria exagero dizer que há séculos as mulheres sofrem opressão, também, na ciência. Há tempos, parecem estar destinadas ao campo privado (não remunerado) do lar, atravessadas - ou atropeladas? - por seus afazeres domésticos.

No Brasil foram construídos discursos médico-científicos sobre a incapacidade de a mulher receber educação universitária e ocupar cargos públicos, por exemplo. Martins (2004) resgata que, no séc. XIX já houve teorias de que as mulheres possuíam um volume cerebral menor que o dos homens, contudo, apostando na educação como caminho para a evolução da mente feminina.

A ideia por trás da educação para as mulheres era de que para serem *boas mães*, necessitavam de educação formal e de cultura, pois criariam *homens* capazes de contribuir com a evolução do país. Ou seja, deveriam *estudar para criar* os homens e jamais disputar o espaço masculino.

Este determinismo biológico foi veementemente criticado no século seguinte, a partir do reexame teórico de intelectuais feministas (Vance, 1995). Além disso, as lutas históricas travadas para promoção do acesso das mulheres à educação superior, voto, e as contemporâneas, como direito ao aborto e controle da natalidade, evidenciam a necessidade de separar a sexualidade da reprodução e do papel das mulheres enquanto esposas e mães (Vance, 1995, p. 11).

Contemporaneamente, o cenário mostra que a maternidade e a vida acadêmica são duas jornadas desafiadoras por si e quando interseccionadas, podem produzir mais interdições, especialmente quando há falta de rede de apoio e ajuda financeira.

Procedimentos metodológicos

Este estudo foi realizado no ambiente virtual da Plataforma Fala BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal) que serviu de canal de comunicação entre a PROAES e os demais setores de assistência estudantil das IFES.

Foram elaboradas duas perguntas simples, que seguiram por meio da plataforma onde apuramos se as estudantes-mães das outras regiões do país (Norte, Sul e Sudeste), recebem bolsas e/ou algum outro tipo de apoio (financeiro ou não), que as auxiliem na manutenção de seus cursos universitários. As respostas foram organizadas em planilha eletrônica do *software* Excel e os resultados, em frequência relativa e mapas.

Resultados

Das IFES existentes e que responderam à presente pesquisa, apenas 3 (três) universidades afirmaram que oferecem algum tipo de suporte, especificamente, para as estudantes-mães, excluindo o auxílio-creche. São elas: 1. UFF – Universidade Federal Fluminense: Apoio a estudantes gestantes e puérperas com cestas básicas, fornecidas mensalmente às gestantes, no valor de R\$ 1.500,00 por estudante, pago em única parcela, no total de até 20 (vinte) gestantes por mês, com valor aproximado das cestas básicas de R\$ 192,84; 2. UFV – Universidade Federal de Viçosa: Espaço oferecido pelo laboratório de prática da UFV, onde as mães podem deixar seus filhos por meio período, desde que sejam contempladas no edital de seleção; 3. UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto: Bolsa maternidade destinada a estudantes dos cursos de graduação presencial da UFOP que são mães, aprovadas

em edital realizado pela PRACE (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis/UFOP). Para fins de concessão da Bolsa Maternidade considera-se cuidadora a estudante com filho e/ou filha até dezoito anos incompletos, residindo na mesma casa que a estudante, no valor de R\$ 200,00.

Importante destacar que o auxílio-creche, embora seja indispensável, possui baixo alcance e tem valor insuficiente para atender todas as necessidades das mães e de seus filhos. Portanto, é essencial que as políticas de assistência das IFES considerem as demandas maternas de forma abrangente e ofereçam recursos condizentes com as necessidades de suas discentes (Bitencourt, 2019). Para além da creche, apenas 03 (três) IFES possuem ações específicas para mães e 01 (uma) para mulheres, a UFCA – Universidade do Cariri: Auxílio Saúde Menstrual, no valor de R\$ 25,00 mensais.

Implicações da pesquisa

Como o objetivo desta análise é subsidiar a Assistência Estudantil para estudantes-mães da UFPE, as implicações da pesquisa são inúmeras. Podemos elencar começando pela identificação de programas de auxílio que já se mostram eficazes e que possibilitam às discentes-mães equilibrarem estudos e maternidade. O reconhecimento de ações bem-sucedidas de outras IFES servirão para inspirar a criação de medidas promotoras de acesso, permanência e senso de pertencimento às discentes da UFPE, além de fundamentar novas propostas de projetos institucionais com mudanças de infraestrutura nos 3 *Campi* e, propor a criação de normas que regulamentem as relações das estudantes-mães, no âmbito da Universidade e que dialoguem com suas necessidades específicas, seja de ordem material e/ou subjetiva. A pesquisa possibilitará respaldar o plano de ação que a PROAES apresentará ao Comitê de Governança da UFPE.

Diante de tantos desafios e desrespeitos às minorias sociais, especialmente, às mulheres, faz-se premente que o Estado assuma seu compromisso de responsabilidade social e possibilite alternativas de garantia do acesso à educação, direito constitucionalmente assegurado para a construção de uma sociedade mais justa e, verdadeiramente, democrática.

A partir dos dados obtidos, fica evidente a urgência de uma revisão nas políticas de assistência estudantil das IFES. É essencial que se reconheça as necessidades específicas das estudantes-mães através do diálogo amplo e contínuo com toda a comunidade acadêmica, a fim



de efetivar soluções eficazes e construir um ambiente universitário mais inclusivo e equitativo para todos.

REFERÊNCIAS

Hirata, Helena. (2022). *O Cuidado: Teorias e Práticas*. São Paulo: Boitempo.

Martins, Ana Paula Vosne. (2004). *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz.

SILVA, Léa M. et al. (1987). A trajetória da Mulher na Universidade Federal de Minas Gerais. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a mulher*. Vol.4, 48 p.

Vance, Carole. (1995). A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>

Bitencourt, S. (2019). A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. *Estudos de Sociologia*, v. 24, n. 47.